



Resenha: Brasil e América Latina: os sentidos da integração

1. Professor Associado do Instituto de Relações Internacionais da Universidade de Brasília e Professor visitante no Arrighi Center for Global Studies da Johns Hopkins University. Pesquisador da Rede de Pesquisa em Política Externa e Regionalismo (REPRI) e do Instituto Nacional de Estudos sobre os Estados Unidos (INEU). ORCID <https://orcid.org/0000-0002-3220-7765>

2. Professora livre-docente da Universidade Estadual Paulista (UNESP) e professora do Programa de Pós-Graduação San Tiago Dantas (UNESP-U-NICAMP-PUC-SP). Pesquisadora da Rede de Pesquisa em Política Externa e Regionalismo (REPRI) e do Instituto Nacional de Estudos sobre os Estados Unidos (INEU). ORCID <https://orcid.org/0000-0002-4559-918X>

3. Para uma síntese do argumento de Bethell ver: O Brasil e a ideia de “América Latina” em perspectiva histórica. Est. Hist., Rio de Janeiro, vol. 22, n. 44, p. 289-321, jul.- dez. 2009.

Roberto Goulart Menezes¹
Karina L.P. Mariano²

DOI: 10.5752/P.2317-773X.2019v7.n2.p118

Recebido em: 25 de fevereiro de 2019
Aprovado em: 13 de março de 2019

O livro *Brazil and Latin America: Between the Separation and Integration Paths* (2017), de José Briceño-Ruiz e Andrés Rivarola Puntigliano traz uma crítica importante à abordagem *mainstream* acerca da relação entre Brasil e os demais países da América Latina. Utilizando a perspectiva da longa duração, os autores fazem o resgate da literatura sobre essa conturbada relação e analisam momentos-chaves da história política e cultural que nos ajudam a compreender a lenta construção da aproximação do Brasil República (1889) com os países que conformam a chamada América Latina (uma criação da virada do século XIX para o XX) e que atravessa todo o século XX. Para Briceño e Rivarola a própria ideia de América Latina não deve ser entendida como algo dado, segundo a corrente predominante, que afirma ser o conceito de América Latina uma designação criada na França. Mais que uma ideia, América Latina é uma construção política com contribuições originais da própria região que seguem sendo ignoradas.

Entre os autores que seguem defendendo que o Brasil não é parte integrante da América Latina está o historiador Leslie Bethell³, organizador da coleção História das Américas e referência para o estudo da região. Na literatura trabalhada por Briceño e Rivarola essa “trajetória da separação” não se apresenta de maneira linear e constante. A ênfase que se dá ao pensar o Brasil separado dos destinos da América Latina pode ser entendida também como uma narrativa do papel que o Brasil teria ao priorizar suas relações com os chamados países do Norte (para usar uma linguagem dos pós-Segunda Guerra). Para aqueles que defendem que a separação se sobrepôs aos poucos momentos de integração do Brasil com a América Latina, mesmo no governo Lula da Silva (2003-2010), a integração econômica e política teria ficado restrita a parte sul-americana.

A literatura que trabalha a identidade internacional do Brasil cresceu desde os anos 1990. Nela encontramos trabalhos que abordam o País como ocidental, americano e desde meados do século XX como latino-americano e mais recentemente sul-americano. Os autores tratam com acuidade essas mudanças na percepção do Brasil frente à região. A narrativa que parecia prevalecer no período entre a Proclamação da República e meados do século XX acerca da superioridade brasileira frente aos seus vizinhos (elaborada ainda no Império (1822-1889), não tem mais lugar hoje.

Ao longo dos cinco capítulos, os autores demonstram como essa tensão entre os dois posicionamentos influenciou na construção da relação entre o Brasil e os demais países da América Latina, destacando principalmente como o *path of integration* foi um elemento presente – e muitas vezes influente – nesse comportamento, o que portanto exige que se aprofunde a compreensão sobre ele, para se conhecer melhor essa relação historicamente e, principalmente, poder pensar o atual momento em que esta posição favorável a uma maior aproximação com a região ainda é preponderante. Para isso, os autores apresentam as seguintes questões: o Brasil é parte da região? Nesse caso, qual é a “região”, América do Sul, América Latina ou América (com o último termo referente ao Hemisfério Ocidental)? O Brasil, nesse caso, permanecerá separado? Faz parte do “Oeste”, ou o país deve buscar autonomia ao se aproximar a outros países emergentes, como Rússia, Índia, China e África do Sul (BRICS)?

A primeira dessas questões diz respeito ao fato de o Brasil historicamente ter sido tratado como um país desconectado de sua região, o que significa dizer que na grande maioria das vezes as análises sobre sua relação com seus vizinhos destacam o seu isolamento ou não pertencimento à América Latina. Esta concepção é o que os autores chamam em seu livro *Brazil and Latin America: Between the Separation and Integration Paths*, de *separation path*. Esta vertente de análise destaca a dificuldade de articulação entre os países latino-americanos devido a esse distanciamento do Brasil, que por sua importância geográfica e econômica, deveria exercer uma liderança regional, mas que historicamente atuou muito mais de forma independente e desarticulada do restante da América Latina.

O grande mérito desse livro é justamente questionar este isolamento, não o negando porque as evidências históricas demonstram que de fato houve esse distanciamento do Brasil, porém demonstrando que essa não foi uma alternativa única de ação e que ao longo do tempo houve diversas tentativas de reverter essa situação. A hipótese do livro é que há uma tensão entre duas posições no Brasil em relação aos demais países da América Latina, tendo de um lado o *separation path* – que historicamente até o final do século XX mostrou-se a vertente vitoriosa – e do outro, o *integration path*, que apesar de ganhar força somente nas últimas décadas, sempre esteve presente. Assim, os autores questionam a ideia desse separatismo como eixo de atuação internacional do Brasil frente a região.

Para isso, Briceño e Rivarola assumem uma narrativa cronológica, que recupera historicamente as relações entre a América Latina e o Brasil, mas inovando na análise que desenvolvem a partir do que poderíamos chamar da perspectiva dos “vencidos”. Os autores chamam a atenção para os comportamentos e posições de importantes lideranças políticas, intelectuais e econômicas brasileiras que defenderam ou trabalharam para que a situação de isolamento fosse revertida, visando promover um espaço de integração do Brasil com os demais países latino americanos.

A reconstrução dessa relação inicia-se com a recapitulação do próprio histórico das relações entre Portugal e Espanha, antes mesmo da conquista das Américas, ressaltando que mesmo entre esses dois países estava presente essa tensão entre as duas posições (*integration e separation*), desde o processo de unificação e construção de ambos os Estados, que

chegaram a estar unificados em 1580 (com a União Ibérica) quando o rei Felipe II passou a governar não só a Espanha, mas também os reinos de Portugal, Nápoles e Sicília, com suas colônias em além mar, o que representou o primeiro império realmente mundial (pois a metrópole possuía territórios em todos os continentes). Qual a importância desse fato? Essa unificação temporária facilitou a expansão territorial da então colônia portuguesa na América do Sul, ultrapassando as fronteiras estabelecidas pelo Tratado de Tordesilhas.

Neste caso, esse momento de prevalência da lógica da integração permitiu não só maior interação entre as colônias na América do Sul, mas o processo de interiorização das capitanias pertencentes a Portugal, numa demonstração espanhola de buscar agradar o governo português sob o seu comando. Em 1640, o trono português foi retomado pela Casa de Bragança e a aliança com a Espanha interrompida. Portugal retomou sua autonomia e reformulou suas alianças internacionais, reposicionando-se mais uma vez como um opositor ao reino da Espanha, o que se refletiu na América Latina no processo de consolidação das novas fronteiras de ambas colônias e se materializou em diversas lutas por controle dos territórios ocupados entre os dois reinos, reforçando a lógica separatista.

Embora a lógica separatista tenha prevalecido até os processos de independência dos países da região, os autores destacam que em vários momentos houve uma retração desse posicionamento mais isolacionista, o que propiciou aproximações e cooperações entre as colônias da América do Sul, como o Tratado de Madri de 1750, ou mesmo o movimento Carlota, promovido durante a presença da corte portuguesa no Brasil (1808-1822) pela então esposa do rei Dom João VI, Carlota Joaquina que tentou construir um reino sul-americano, reivindicando a posse das colônias da Espanha que nesse momento se encontrava sob a dominação napoleônica.

A história mostra que essa tentativa de unificação da região fracassou, em boa medida, porque nas colônias espanholas a fragilidade decorrente da invasão da metrópole pelo exército de Napoleão, estimulou os processos de independência que no caso sul-americano foram também marcados pela fragmentação das ex-colônias, diferentemente do que ocorreria no Hemisfério Norte onde a descolonização britânica permitiu a construção de um novo Estado a partir da articulação entre as colônias dentro de uma lógica federativa, dando origem aos Estados Unidos da América (EUA).

A descolonização da América Latina e as lutas pela independência foram palco novamente dessa tensão entre maior aproximação e isolamento do Brasil em relação à região. De um lado temos as ex-colônias espanholas lutando para consolidar seu novo status de nações independentes e republicanas, enquanto o Brasil permanecia como um império e fortemente vinculado a Portugal. Além disso, a coroa portuguesa instalada no Brasil via com preocupação e atenção esse processo de independência na região, buscando precaver-se de possíveis influências desta sobre o território brasileiro, especialmente porque os movimentos de maior aproximação haviam gerado ao longo do tempo proximidades entre algumas regiões, especialmente na Bacia do Prata.

Briceño e Rivarola mostram que para não perder o domínio sobre sua colônia, devido à influência dos movimentos republicanos pela independência, o governo português articulou um processo de independência sem rupturas, que em boa medida foi marcado por uma lógica de maior isolamento em relação à região. Essa desconfiança esteve presente também no posicionamento de Simón Bolívar que como grande herói da independência da América Hispânica via no Brasil uma ameaça, por sua conexão com as metrópoles ibéricas. De ambos os lados, preponderou a visão isolacionista, alimentada pelas desconfianças e desinformação.

Aliás a desinformação parece ser a grande motivação do livro, pois a argumentação dos autores recorrentemente chama a atenção para o fato de que as interpretações sobre as relações entre Brasil e América Latina estão permeadas de lacunas e visões que desconsideraram aspectos importantes. Neste sentido, destacam a visão prevalecente ao final do século XIX e que predominou na maior parte do século XX segundo a qual o Brasil estaria isolado da região e seria totalmente distinto dos demais países aí localizados.

Essa visão atribuída à doutrina estabelecida pelo Barão de Rio Branco (Ministro das Relações Exteriores do Brasil entre 1902-1912), para a formulação da política externa brasileira no período republicano é questionada, não porque não tenha prevalecido essa percepção de separação do Brasil em relação à região, mas porque não foi uma posição hegemônica e incontestada, como muitas vezes se coloca. Em primeiro lugar, citam o fato da participação brasileira na Guerra do Paraguai que teria sido um movimento de aproximação a seus vizinhos, movimento este que passa a ser reforçado após a Proclamação da República brasileira.

No início da Primeira República (1889-1930) percebe-se uma aproximação do Brasil em relação aos seus vizinhos e uma preocupação em restabelecer um maior vínculo com a região, o que transparece no debate intelectual se o Brasil pertenceria ou não à ideia de América Latina, numa discussão acalorada sobre a identidade brasileira e seu pertencimento a uma identidade mais ampla regional. Enquanto isso, a ação do governo brasileiro embora tenha realizado um alinhamento em relação aos Estados Unidos, manteve uma lógica de aproximação com seus vizinhos, o que se concretizou no Tratado ABC (1915), que representa um acordo de não-agressão entre Argentina, Brasil e Chile.

Desta forma, o livro argumenta que apesar do alinhamento em relação aos EUA e um certo isolamento aparente, o governo brasileiro buscou estabelecer um padrão não-conflitivo de relacionamento com seus vizinhos, deixando uma porta aberta para a possibilidade de cooperação, se este fosse o interesse do Brasil, além de evitar uma aliança entre países da região contra o governo brasileiro. Esse posicionamento de aproximação brasileira à região foi reforçado durante o primeiro governo de Getúlio Vargas (1930-1945), devido às mudanças ocorridas no contexto internacional, especialmente devido à Segunda Guerra Mundial, em que política externa brasileira procurou estabelecer uma lógica mais autônoma no sistema internacional, a partir de uma maior autonomia da própria América do Sul.

A construção da integração na América Latina está marcada por diferentes fases e momentos daí o emprego do conceito de trajetória da

integração de Hélio Jaguaribe (1923-2018). Segundo os autores, o apoio à integração está presente na região desde a emancipação, ou seja, na primeira metade do século XIX quando a maior parte das nações conquistaram a independência. Jaguaribe também foi um dos formuladores, ao lado do argentino Juan Carlos Puig, do conceito de autonomia nas relações internacionais.

Com o fim das ditaduras na América Latina e os processos de paz, desde os anos 1980 a América Latina iniciou um novo período em suas relações internacionais e no qual os processos de integração ocupam um lugar importante. A criação do Mercosul (1991), o revigoramento de outros acordos como a Comunidade Andina, a resistência demonstrada por boa parte da região à investida dos Estados Unidos via Área de Livre Comércio das Américas (ALCA), entre outras, demonstram como a trajetória da integração foi realçada pelos governos da América Latina desde então.

A integração regional tem sido buscada como meio para superar, de maneira coletiva, problemas históricos e estruturais das sociedades latino-americanas. Ela não está livre de impasses e obstáculos, certamente. Porém a quantidade de acordos regionais, com diferentes aspirações e objetivos mostram que a América Latina segue em busca de um outro momento de sua história no qual a separação e o alienamento de seus países não se imponham como um determinismo. O livro de Briceño e Rivarola nos apresenta que essa rica e densa história da busca pela integração não é recente e que ela pode representar também uma forma de concebermos a América Latina com toda sua pluralidade, inovações institucionais e sem espaço para hegemonias seja de dentro ou de fora. O século XXI vai chegando ao fim de sua segunda década com muitos exemplos que a América Latina, com o Brasil incluído, pode traçar outros rumos nos quais a convergência se faça mais presente nessa construção da integração que é também uma outra forma de conceber a paz, a prosperidade e a democracia em nossa região.

Referência

BRICEÑO-RUIZ, José; PUNTIGLIANO, Andrés R. **Brazil and Latin America**: Between the Separation and Integration Paths. Lexington Books. 2017.